

Nietzsche e a doença da consciência histórica

Renato Nunes Bittencourt*

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Extemporânea: sobre a utilidade e a desvantagem da História para a vida*. Trad. de André Itaparica. São Paulo: Hedra, 2017.

A nova tradução da obra de Nietzsche, *Segunda Consideração Extemporânea: sobre a utilidade e a desvantagem do uso da História para a vida*, efetivada pelo intérprete André Itaparica para a Editora Hedra, coloca novamente em evidência para nosso debate intelectual esse texto usualmente considerado como concernente ao primeiro período da produção filosófica de Nietzsche, ainda fortemente associada aos nomes de Schopenhauer e de Richard Wagner. Contudo, não obstante a marcante influência de ambos na construção textual nietzschiana, já encontramos na *Segunda Consideração Extemporânea* a autonomia filosófica de Nietzsche e os parâmetros embrionários de suas obras posteriores nos quais a relação entre memória, história e esquecimento encontrarão problematizações ainda mais densas, em especial na *Genealogia da Moral*. Com efeito, é inevitável a comparação filosófica entre os dois textos. Podemos até mesmo compreender *Genealogia da Moral* como uma retomada mais radical das reflexões presentes na *Segunda Consideração Extemporânea*, mediante a inserção da temática do ressentimento e da psicologia das profundezas no cerne da cultura ocidental e seus transtornos axiológicos e fisiológicos na vida pessoal e na própria constituição moral da sociedade.

Na *Segunda Consideração Extemporânea*, a única das quatro que não é dedicada diretamente a nenhuma proeminência cultural alemã, Nietzsche marca território em relação a uma corrente hegemônica do pensamento germânico, o historicismo, de forte influência hegeliana no mundo acadêmico alemão oitocentista. A contextualização histórico-política da cultura alemã é fundamental para compreendermos o sentido dessa obra nietzschiana: a unificação nacional alemã, capitaneada pelo ardil de Bismarck e sua diplomacia autoritária de ferro e de sangue, traz em seu bojo o rápido processo de industrialização e desenvolvimento da tecnocracia, sustentados por um *modus operandi* belicista que eleva a nação alemã ao nível de uma poderosa proeminência militar. O filisteu da cultura, desprovido de sensibilidade estética e de densidade intelectual,

* Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ e professor da FACC-UFRJ. Contato: renatonunesbittencourt@gmail.com.

considera que o desenvolvimento material da sociedade alemã concretiza o projeto iluminista de Lessing, Herder, Kant, Schiller e Goethe, dentre outros nomes magistrais que lutaram justamente contra a obtusidade existencial de uma ordem social desprovida de grandeza cultural. Porém, a força criadora da cultura e a estirpe de gênios talhada na escola da singularidade independe do progresso material e do formalismo acadêmico. O filisteu da cultura, infiltrado em um espaço cultural perante o qual é espiritualmente incompatível, promove a mediocridade generalizada, mas se sente feliz e realizado por tal infâmia. Animado pelo aprimoramento técnico da ordem social, o filisteu da cultura e a opinião pública oitocentista encontram nas conceituações positivistas e evolucionistas os dispositivos axiológicos para sua apologia irracional da modernização, escamoteando o reacionarismo político do poder estabelecido, mantenedor do hiato socioeconômico entre as elites agrárias e urbanas e as aspirações libertárias das massas trabalhadoras, imputadas como as classes perigosas ameaçadoras da ordem e da legalidade. O fantasma revolucionário internacional e a lembrança dos feitos heroicos da Comuna de Paris atormentavam os ideólogos da cada vez mais poderosa burguesia alemã, proclamada a locomotiva da modernidade nacional que deveria superar qualquer obstáculo em nome de sua realização política e, por conseguinte, cultural. No entanto, o que faltava a essa elite autocentrada e intelectualmente obtusa é justamente o apreço pela formação cultural emancipatória, fazendo então do sistema de ensino uma instrumentalização tecnocrática das aptidões pessoais, e da difusão jornalística o mediador social capaz de unir o povo em nome da elevação da consciência alemã acima da dita barbárie, quando na verdade a educação direcionada para o preenchimento de quadros técnicos e a panaceia informativa da “cultura jornalística” eram as ratificadoras da barbárie efetiva.

A corrente historicista se enraíza como um fenômeno mistificador da modernidade, pois ao mesmo tempo em que exige rigor metodológico, apuro das fontes, erudição e vigor investigativo, apresenta, por outro lado, um estofo teológico secularizado. A ciência não conquista sua independência epistemológica, antes permanece em seu papel subalterno de serva da fé, ainda que afirme o contrário. Nietzsche ousadamente lança as bases de sua filosofia extemporânea, superando os paradigmas metafísicos subjacentes na teleologia da história hegeliana e sua teodiceia cristã atualizada conforme os conceitos modernos pós-iluministas. Nietzsche não é contrário ao saber histórico, mas sim ao processo de petrificação intelectual que a metodologia historiográfica, em uma mesclagem híbrida de Cristianismo e de

Positivismo (evidente de maneira mais apurada no mito do progresso) imprimia a tal ofício na *intelligentsia* oitocentista.

Para cada estilo historiográfico, Nietzsche apresenta suas ambivalências, suas vantagens e desvantagens para a vida, ambivalências essas que exigem do historiador (daquele que se aventura nos documentos e nas análises dos acontecimentos), o critério da plasticidade da vida e da criatividade como parâmetro existencial. O homem precisa da História não para o abandono confortável da vida ou da ação ou mesmo para o embelezamento da vida egoísta e da ação covarde. Nesses termos, Nietzsche elabora três perspectivas historiográficas como norte para a interpretação da cultura, da memória e da ação humana, a saber: 1) a Monumental; 2) a Antiquária; 3) a Crítica.

A História Monumental. Se caracteriza pela apresentação dos feitos extraordinários do passado, servindo de inspiração para a realização de atos também grandiosos do presente. A História Monumental serve de modelo de inspiração para a atualidade, pois nada é plenamente original no processo de constituição de uma cultura. As figuras exemplares são parâmetros para a realização do extraordinário no presente. Porém, quando tal modelo se torna um fim em si mesmo, quando quem adentra no pórtico monumental não vislumbra ele mesmo desenvolver sua própria grandeza pessoal, corre-se o risco de se estabelecer uma deificação do passado que oprime a consciência do presente, tornando-a inferior em relação à nobreza de outrora, considerada assim maravilhosa e inalcançável para a imputada menoridade humana dos comuns. Somente a partir da força do presente temos o direito de interpretar o passado e desvendar o que nele há de digno de ser conhecido e conservado. A História Monumental erra também ao apresentar perspectivas anacrônicas acerca de uma condição tipológica, uma disposição espiritual, expressando muito mais os valores subjetivos do historiador do que propriamente as nuances reais da pessoa, do povo ou do evento analisado. Usualmente, o historiador projeta no seu objeto de estudo seus próprios preconceitos.

A História Antiquária. Os elementos simbólicos de grande significação cultural, tais como as festas populares ou os prédios públicos nos quais ações importantes para o desenvolvimento desse povo ocorreram, garantem a perpetuação da vivência cultural dos indivíduos de uma dada sociedade. Dessa maneira, os valores tradicionais da mesma são transmitidos satisfatoriamente de geração para geração, garantindo assim o respeito pelas instituições da comunidade que permitem o desenvolvimento do vínculo afetivo e do respeito da parte do indivíduo para com o seu amado torrão natal, pois essa

compreensão vincula prende o homem à sua terra natal, o recanto da felicidade. Ela fortalece o apego por tudo aquilo que é familiar, íntimo, afetivamente acolhedor. Mas a história antiquária também pode vir a manifestar os seus aspectos ruins, prejudiciais tanto para a afirmação da vida individual como coletiva, quando utilizada de forma equivocada. Ao priorizar o respeito aos valores tradicionais de uma cultura, o indivíduo inserido nessa modalidade histórica manifesta desmedidamente o seu sentimento de amor e devoção cerimonial para com sua comunidade, gerando assim uma atitude conservadora e discriminatória em relação a todo tipo de conteúdo cultural proveniente de outras sociedades. Como a História Antiquária enfatiza o detalhe em relação ao geral, pode se tornar expressão da tacanhez, do culto ao pequeno, desprovido de associação orgânica com a totalidade de vivências de um povo, de uma expressão cultural.

A História Crítica. Quem dela se utiliza visa se libertar efetivamente do sufocante jugo da tradição, dos imperativos sociais, do dever tradicionalista, reconhecendo as grandes injustiças e ilusões do passado para que desenvolva então a capacidade de abrir os seus horizontes para a possibilidade das ações afirmativas, inovadoras, desprovidas, no entanto, de toda fantasia idealizada pelo anseio de glória e eternização do nome. O passado glorioso se apresenta para aquele que se utiliza da investigação crítica de modo mais humanizado, pois retira o quanto pode o caráter apoteótico e monumental contido na própria ação dos homens. Por conseguinte, a historiografia crítica preconiza não a conservação adequada dos valores do passado, mas a própria destruição destes, por meio de suas severas investigações, demolidora dos nomes consagrados pela tradição e pelo respeito popular. É uma destruidora de ídolos, uma grande desmistificadora dos eventos “sagrados” da história de vida de uma sociedade. Contudo, a historiografia crítica, se desprovida de medida, gera arrogância naquele que a utiliza, pois promove a desvinculação do passado do presente, interpretado como o suprassumo da excelência, quando, por justiça, não há presente sem influência do passado, para as coisas boas ou ruins. A herança do passado de um povo deve ser reconhecida, pois, de alguma forma, as influências constitutivas de outrora se manifestam na atualidade.

Nietzsche argumenta então que em três aspectos a História pertence ao vivente: ela lhe pertence enquanto indivíduo atuante e determinado, enquanto conservador e reverente, e enquanto sofredor e carente de libertação. A transposição descuidada de vegetais produz danos: o crítico sem necessidade, o antiquário sem piedade, o

conhecedor do grandioso sem a capacidade do grandioso são tais plantas degeneradas, que se alastram como ervas daninhas quando afastadas dos seus solos naturais.

Para Nietzsche, a consciência histórica não pode ser compreendida sem seu pretense antagonista, o esquecimento, interpretado insolitamente de maneira afirmativa, como a capacidade fisiológica de assimilação das vivências sem se deixar atrelar ao peso moral e normativo do passado, o qual, supervalorizado, pode talvez impedir o florescimento criativo no presente e o estabelecimento das condições fecundas no porvir ao gerar ressentimento e niilismo. O esquecimento não é falta de memória, mas um processo sofisticado de seleção e superação das vivências impróprias que embotam e entavam a sensibilidade. O conhecimento do passado só é conveniente se desejado a serviço do futuro e do presente, não para o enfraquecimento do presente ou para o desenraizamento de um futuro vitalmente vigoroso. Eis assim a ponte filosófica estabelecida com a *Genealogia da Moral* e a questão da atividade criativa do esquecimento no processo de concretização da saúde orgânica na vida da pessoa, do povo, de uma cultura. Nietzsche se contrapõe ao objetivismo técnico que pretendia elevar a historiografia a um patamar de “ciência pura”, tal como a matemática, pois a consciência histórica nasce de dados contingentes, singulares, qualitativos. Eis o motivo pelo qual Nietzsche considera que o antídoto contra o histórico se chama a-histórico e o supra-histórico. A palavra “a-histórico” significa a arte e a força de poder esquecer em um horizonte limitado, pressupondo a inserção da historicidade em um âmbito global que inclui o saber esquecer; a palavra “supra-histórico”, por sua vez, os poderes que desviam o olhar do devir e o dirigem ao que dá à existência o caráter do eterno e do estável em sua significação, para a arte e a religião.

A *Segunda Consideração Extemporânea* retrata muito bem o sentido de seu conceito-chave: colocar-se acima das contingências do tempo histórico, da hegemonia cultural em voga, da moda intelectual. Afirmando que é a mais ousada das suas quatro considerações, pois se choca violentamente contra um dispositivo ideológico, acadêmico, epistemológico e cultural que dominava a cena intelectual oitocentista. Na primeira, David Strauss é denunciado como o protótipo do filisteu satisfeito; na terceira, Schopenhauer é apresentado como o modelo de filósofo que instiga todo aquele que busca a singularidade a trilhar o caminho da solidão para que possa encontrar sua própria originalidade para além das convenções acadêmicas; e na quarta, Richard Wagner é enaltecido como o gênio dionisíaco que promoverá a unificação do espírito trágico grego ao espírito trágico alemão, reatando o nó górdio entre duas potências

culturais afins. A *Segunda Consideração Extemporânea* é a obra na qual Nietzsche, de modo criptográfico, enuncia os indícios de um método que lhe será futuramente inseparável: pensar e escrever com dinamite. Para compreendermos radicalmente os fundamentos da crítica nietzschiana ao ideário moderno e sua doença crônica abordada constantemente no decorrer de sua trajetória posterior, precisamos nos direcionarmos urgentemente para os argumentos da *Segunda Consideração Extemporânea*: esta é a obra que efetivamente apresenta a guinada epistemológica e axiológica de Nietzsche de denúncia da decadência fisiológica da modernidade.

Por fim, uma vez que estamos abordando nesse texto uma consideração extemporânea sobre a consciência histórica e suas ambivalências culturais e psicológicas, destaco o quanto tal obra é capital em minha própria formação acadêmica, pois serviu de base para minha dissertação de mestrado *O valor da História, da Memória e do Esquecimento segundo a filosofia de Nietzsche*, defendida no PPGF-UFRJ em 2006, sob a orientação do Prof. Dr. André Martins, e estudar uma nova tradução desse ensaio nietzschiano desperta em meu âmago uma lembrança positiva de tal etapa de minha trajetória intelectual e sua constante busca por novos horizontes epistemológicos.

Recebido em: 25/09/2017

Aprovado em: 02/10/2017